

## O Campo Científico da Contabilidade Brasileira

**PAULO FREDERICO HOMERO JUNIOR**

*Universidade de São Paulo*

### **Resumo**

Análises da produção científica brasileira em contabilidade constatam que ela se caracteriza por baixa diversidade temática, metodológica e epistemológica. Contudo, tais análises têm se limitado a discutir indicadores bibliométricos e aspectos epistemológicos. Neste ensaio, proponho uma análise da evolução do campo científico na contabilidade brasileira, tendo por base o referencial sociológico de Pierre Bourdieu. São apresentados os conceitos de campo, capital e *habitus*, bem como as especificidades do campo científico, no qual se dá uma disputa pelo monopólio da autoridade científica, tendo como principal característica o fato de que os produtores tendem, tanto mais quanto maior for a autonomia do campo, a não ter outros possíveis clientes que não seus próprios concorrentes. A análise histórica mostra que a profissão contábil brasileira se organizou e conquistou reconhecimento legal antes de que a contabilidade se constituísse como disciplina acadêmica de nível superior; que o surgimento dos cursos superiores decorreu de esforços levados a cabo por lideranças do campo profissional; que as posições de liderança no meio acadêmico foram ocupadas por indivíduos com alto prestígio no campo profissional; e que a expansão da pós-graduação não acompanhou o ritmo de outras áreas, tendo permanecido estagnada por duas décadas. Em conjunto, tais evidências sugerem que a falta de diversidade da pesquisa contábil brasileira decorre da sua baixa autonomia em relação ao campo profissional. Neste sentido, a recente “virada positivista” é interpretada como uma resposta a pressões externas, que permitiu à academia contábil continuar reafirmando interesses do campo profissional. Recentes disputas que emergem no campo parecem sujeitas a um acordo tácito: os heréticos se limitam a temas correlatos, enquanto os ortodoxos mantêm controle sobre temas caros à profissão. Em face aos apelos por uma maior aproximação entre academia e prática, tal entendimento alerta para as consequências à pesquisa contábil de uma postura subserviente a interesses profissionais.

**Palavras chave:** Campo científico, Pesquisa contábil brasileira, Sociologia da ciência.

## 1 Introdução

Estudos sobre a produção científica brasileira em contabilidade têm identificado uma baixa diversidade temática, metodológica e epistemológica (Cardoso, Mendonça Neto, Riccio, & Sakata, 2003; Cardoso, Oyadomari, & Mendonça Neto, 2007; Leite Filho, 2008; Mendonça Neto, Riccio, & Sakata, 2009; Théóphilo & Iudícibus, 2005). Porém, enquanto na literatura internacional se encontram análises que procuram avançar na compreensão das condições sociais que levam à falta de diversidade no *mainstream* da pesquisa contábil (Hopwood, 2007; Humphrey & Gendron, 2015; Jeanjean & Ramirez, 2009; Merchant, 2010), a ênfase dos estudos brasileiros recai apenas sobre indicadores bibliométricos e características epistemológicas da produção analisada.

Neste ensaio, adotando o referencial sociológico de Pierre Bourdieu, proponho-me a interpretar a evolução do campo científico na contabilidade brasileira, desde sua origem até os dias atuais. Minhas análises têm por base principal a literatura sobre a história da contabilidade no Brasil e, subsidiariamente, reflexões decorrentes de minha recente trajetória neste campo. Meu principal argumento é de que a falta de diversidade da pesquisa contábil brasileira decorre da sua baixa autonomia em relação ao campo profissional.

Na sequência do texto, apresento na seção 2 os conceitos de campo, capital e *habitus*, conforme definidos por Bourdieu, bem como suas considerações sobre as especificidades do campo científico. Na seção 3, analiso sob este referencial a constituição e desenvolvimento dos campos acadêmico e científico da contabilidade brasileira; para elucidar os argumentos expostos, proponho algumas comparações com a área de administração, que apesar da afinidade temática e origem comum com a contabilidade nas escolas de comércio, é marcada por acirrados debates epistemológicos (Alcadipani, 2005; Barbosa, Santos, Matos, & Almeida, 2013; Faria, 2005; Lima, 2011; Misoczky & Amantino-de-Andrade, 2005a, 2005b; Misoczky, 2006; Rosa & Alcadipani, 2013) e comporta uma comunidade de pesquisadores críticos cujas origens podem ser traçadas, no mínimo, à década de 1970, a partir de autores como Alberto Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta. Ao final do texto, sumário na seção 4 as análises efetuadas ao longo do ensaio e indico temas que podem ser aprofundados por pesquisas futuras.

## 2 Campo, capital e *habitus*

Ao longo de sua obra, o sociólogo francês Pierre Bourdieu se vale extensivamente do conceito de **campo**. Para ele,

Em termos analíticos, um campo pode ser descrito como uma rede, ou uma configuração, de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente, em sua existência e nas determinações que impõem sobre seus ocupantes, agentes ou instituições, pela sua situação (*situs*) presente e potencial na estrutura da distribuição de espécies de poder (ou capital) cuja posse comanda acesso aos ganhos específicos em disputa no campo, bem como por sua relação objetiva com outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 97, tradução nossa).

Em cada campo há uma constante disputa entre diferentes agentes e instituições, que segue as regularidades e regras que constituem este espaço de jogo, conferindo ao campo sua historicidade. Dependendo da conjuntura, as próprias regras podem ser objeto de disputa, e portanto os limites do campo são dinâmicos, cada um deles sendo um espaço de disputa potencialmente aberto.

O acesso ao campo é garantido aos indivíduos que possuam uma configuração determinada de propriedades, as quais Bourdieu define como **capital**. Ele sustenta que

Dependendo do campo em que funcione, e dos custos associados às transformações mais ou menos dispendiosas que são pré-condição para sua eficácia no campo em questão, o capital pode se apresentar sob três formas fundamentais: como *capital econômico*, que é imediata e diretamente conversível em dinheiro e pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade; como *capital cultural*, que é conversível, sob certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de credenciais educacionais; e como *capital social*, construído através de obrigações sociais (“conexões”), que é conversível, sob certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de títulos de nobreza. (Bourdieu, 2002, p. 282, tradução nossa).

Os efeitos específicos das diferentes formas de capital dependem da estrutura do campo, ou seja, da distribuição desigual de capital, fazendo com que os conceitos de capital e campo sejam indissociáveis, pois “para construir o campo, é preciso identificar as formas específicas de capital que nele operam, e para construir as formas específicas de capital é preciso conhecer a lógica específica do campo” (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 108, tradução nossa).

O estudo de um campo compreende três momentos interconexos: uma análise da posição do campo em relação ao campo de poder (reconceituação bourdieusiana da noção de classe dominante (Wacquant, 2013)); um mapeamento da estrutura de relações entre as posições ocupadas pelos agentes ou instituições que competem pela forma legítima de autoridade específica no campo (Bourdieu & Wacquant, 1992); e uma análise do *habitus* dos agentes, isto é, “os diferentes sistemas de disposições que eles adquiriram internalizando um determinado tipo de condição econômica e social, e que encontra numa trajetória definida dentro do campo sob consideração uma oportunidade mais ou menos favorável para se atualizar” (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 105, tradução nossa).

Ao explicar como as regras do campo são apropriadas por agentes dotados de diferentes valências de capital, o *habitus* provê uma ponte teórica entre os conceitos de campo e capital. Sendo um produto da história,

ele assegura a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, mais seguramente do que todas as regras formais e todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância através do tempo. (Bourdieu, 1980, p. 91, tradução nossa).

Portanto, o *habitus* é uma maneira de teorizar as ações sociais como produtos de um senso prático que é socialmente constituído, em oposição a noções de agência racional, provendo uma explicação de como a estrutura da qual o *habitus* é o produto governa as práticas não através de um determinismo mecanicista, mas pela imposição de limites e restrições aos comportamentos considerados convenientes. Assim, nas análises apresentadas na sequência do texto, ao se identificar as práticas de indivíduos com as posições que ocupam no campo e os interesses que representam, não se está a pôr em dúvida sua autenticidade, como se tais práticas decorressem tão somente de uma razão instrumental, sujeitas a mudanças ao sabor das conveniências. Trata-se apenas de reafirmar a posição teórica da constituição social do *habitus*, de que não só as práticas sociais refletem as posições ocupadas pelos indivíduos, mas também de que os indivíduos acabam por ocupar tais posições por se adequarem às práticas que elas impõem.

## 2.1 Campo científico

Bourdieu (1976) postula que a verdade científica resulta de condições sociais de produção particulares, ou seja, da estrutura e do funcionamento do campo científico. Para ele,

O universo “puro” da ciência mais “pura” é um campo social como qualquer outro, com suas relações de força e seus monopólios, suas lutas e suas estratégias, seus interesses e seus ganhos, mas onde todas estas características se revestem de formas específicas. (p. 89, tradução nossa).

A disputa que se dá no campo científico é pelo monopólio da autoridade científica, espécie particular de capital social entendida como a capacidade de falar e agir legitimamente em matéria de ciência. E a principal característica deste campo é o fato de que os produtores tendem, tanto mais quanto maior for a autonomia do campo, a não ter outros possíveis clientes que não seus próprios concorrentes. Assim, num campo científico altamente autônomo, um indivíduo só poderá obter reconhecimento do valor de seus produtos, na forma de reputação, prestígio, autoridade, etc., a partir do julgamento de seus pares, que justamente por serem seus concorrentes serão pouco propensos a conceder tais benefícios senão após discussões e exames acurados.

Na luta pela legitimidade científica, os indivíduos em posição dominante no campo tendem a adotar estratégias de conservação, visando perpetuar a ordem científica estabelecida. Tais estratégias incluem não apenas a preservação das instituições encarregadas da produção e circulação das ideias científicas, mas também o controle sobre aquelas que reproduzem o *habitus* científico corrente, notadamente as instituições de ensino.

Já os postulantes a posições de domínio podem adotar estratégias de sucessão ou de subversão. Estratégias de sucessão visam assegurar ao indivíduo, ao final de uma carreira previsível, os ganhos prometidos a quem segue o ideal estabelecido de excelência científica, limitando-se a inovações circunscritas aos limites do campo e tomando parte no ciclo de troca de reconhecimento pelo qual a autoridade científica é transmitida entre gerações.

Estratégias de subversão, por sua vez, visam redefinir as regras de legitimação da dominação, de maneira que seus adotantes possam iniciar a acumular capital sem conceder uma contraparte aos dominantes, negando-lhes reconhecimento. Tais estratégias apresentam um risco maior de insucesso e demandam um maior investimento em preparo científico, além de privar quem as adota do acesso aos ganhos disponíveis no campo, ao menos no curto prazo, pois terão contra si toda a lógica do sistema.

Assim, Bourdieu (1976) sugere existir uma conexão entre as disposições quanto à ordem científica e quanto à ordem social, havendo maior propensão à adoção de estratégias de subversão entre indivíduos oriundos de grupos sociais subalternos. Além disso, afirma também que os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos, através dos quais os ocupantes de determinada posição buscam justificá-la e desacreditar as posições opostas.

Mas a distinção entre estratégias de conservação e de subversão tende a diminuir conforme cresça a autonomia do campo científico, já que a aquisição da preparação científica necessária para promover rupturas passa a depender de um engajamento com o próprio campo. Desta maneira, aqueles com maior preparo dentre os postulantes, ao invés dos que possuam menor capital científico, passam a ser os mais aptos a questionar os fundamentos da ordem estabelecida, e o campo científico passa a ser palco de revoluções permanentes. A própria capacidade de ruptura se torna fonte de prestígio, e assim a busca pela verdade prevalece sobre a afirmação da verdade dos interesses de cada indivíduo.

Bourdieu (1976) sustenta ainda que as ciências sociais enfrentam obstáculos maiores para sua autonomização do que as ciências naturais. Enquanto as ciências naturais oferecem a possibilidade de emprego econômico dos avanços tecnológicos, sendo portanto de interesse das classes dominantes o produto desta autonomia, as ciências sociais têm por objetivo a representação legítima do mundo social, que também é objeto de disputa no âmbito político da luta de classes.

Desta forma, Bourdieu (1976) entende que as disputas científicas nas ciências sociais sempre têm implicações políticas, posto que quaisquer alterações no entendimento do mundo social também serão de interesse nas lutas políticas, fazendo da ideia de uma ciência neutra uma ficção. Por conta destas implicações políticas, as classes dominantes buscam nas ciências sociais um reforço ao arsenal simbólico que legitima a ordem estabelecida, procurando estabelecer com elas uma relação de dependência aparentemente independente de demandas externas. Assim, ao invés de campos científicos, elas se tornam campos produtores de discursos eruditos, caracterizados por uma estratégia de falsa ruptura que se vale de jargão erudito para reafirmar o senso comum.

### **3 Constituição do campo científico na contabilidade brasileira**

A chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, deu início a uma série de transformações na sociedade local, que culminaram com a proclamação da independência em 1822. Datam desta época os primeiros grandes movimentos da profissão contábil no Brasil, como a publicação das primeiras obras sobre contabilidade, a adoção do sistema de partidas dobradas na escrituração governamental, e a criação das primeiras aulas de comércio (Peleias & Bacci, 2004). Ao longo do século XIX, porém, o ensino comercial logrou baixa expansão. Segundo Peleias, Silva, Segreti e Chiorotto (2007), as aulas de comércio atraíam poucos alunos, ao passo que outros cursos, como direito, engenharia e medicina tinham maior apelo dentre as classes socialmente mais favorecidas de então.

Embora a Associação de Guarda-Livros da Corte tenha sido reconhecida oficialmente ainda em 1870, foi durante a República Velha que tomaram corpo os esforços para o reconhecimento e regulação da profissão, liderados por personalidades como Carlos de Carvalho, Francisco D'Áuria, Frederico Hermann Junior, João Lyra Tavares, dentre outros: em 1911, cria-se a Revista Brasileira de Contabilidade; em 1916, criam-se o Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais e a Associação dos Contadores, em São Paulo, e o Instituto Brasileiro de Contabilidade, no Rio de Janeiro; e em 1924 ocorre o I Congresso Brasileiro de Contabilidade (Peleias & Bacci, 2004).

Mendonça Neto, Cardoso e Oyadomari (2012) afirmam que “nesta época, a elite do grupo ocupacional já ocupava posição de destaque na sociedade brasileira” (p. 399), congregando membros com cargos no Tesouro do Estado de São Paulo, no Tesouro Nacional e no Senado da República, para o qual João Lyra Tavares foi eleito em 1914. Os autores analisam a profissionalização da contabilidade no Brasil recorrendo ao conceito de *Professional Project*, oriundo da sociologia das profissões, que identifica as seguintes etapas neste projeto:

- Um objetivo global estabelecido pelo grupo ocupacional, que se traduz na busca pelo **monopólio** do mercado dos serviços baseados em sua *expertise* e por *status* na hierarquia social;
- Objetivos secundários que incluem:

- O estabelecimento de uma **jurisdição**, ou seja, o direito que um grupo ocupacional detém de controlar os serviços que presta;
- Controle sobre o processo de **qualificação** dos aspirantes ao ingresso na profissão, que os submeta a um sistema apropriado de seleção e treinamento, estando relacionado com a monopolização do conhecimento; e
- Construção da **respeitabilidade** social da profissão (Mendonça Neto et al., 2012).

Na consecução deste projeto de profissionalização, o ensino de contabilidade ocupou papel de destaque. Segundo Agrizzi e Sian (2015), as limitadas possibilidades de educação e treinamento comercial eram motivos de insatisfação dentre os integrantes das primeiras associações profissionais, e o I Congresso Brasileiro de Contabilidade teve dentre seus objetivos persuadir as autoridades a requerer um maior nível de ensino aos praticantes de tarefas contábeis. Na visão dos autores,

Isso estava no topo da agenda porque o registro de informações contábeis bem como a preparação de relatórios contábeis ainda eram vistos como um trabalho a ser exercido por indivíduos menos qualificados. Aumentar os padrões de educação e, portanto, competência era chave para o avanço do status social e da remuneração dos ofertantes de serviços de escrituração e contabilidade. (p. 64, tradução nossa).

A partir da Revolução de 1930, com o advento da Era Vargas, teve início um período que pode ser descrito como de corporativismo estatal, caracterizado por um sistema de representação de interesses organizados em categorias diferenciadas, singulares, não-competitivas e ordenadas funcionalmente, em que o Estado oferece reconhecimento e liberdade representacional às categorias, em troca da tutela sobre os processos de seleção de lideranças e articulação de demandas (Rodrigues, Schmidt, Santos, & Fonseca, 2011). Assim, a partir de 1930 houve uma proliferação de associações de profissionais da contabilidade por diversos estados brasileiros, como Pernambuco, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (Peleias & Bacci, 2004).

Agrizzi e Sian (2015) consideram que o relacionamento entre Estado e sindicatos nesta época era altamente assimétrico: o governo ameaçava dissolver e impunha multas aos sindicatos que não cumprissem com as normas que expedia, tornando-os apêndices do Estado e da execução de políticas públicas. Ainda assim, para grupos ocupacionais com baixo *status* social, como o contábil, os autores cogitam que as recompensas oferecidas, tais como os canais institucionalizados de acesso aos centros de decisão, eram vantajosas. Este arranjo de acomodação e conveniência mútua, em que o Estado patrocinava as associações corporativas em troca de apoio político à manutenção do *status quo*, permitiu que lideranças de categorias com baixo prestígio social ascendessem a altas posições junto à administração pública, e que a partir delas advogassem em prol dos interesses de suas categorias.

Remontam ainda a este período a submissão das escolas de comércio, a partir de 1931, a um padrão curricular nacional e à autorização e fiscalização por parte do Ministério da Educação e Saúde (Agrizzi & Sian, 2015). O mesmo diploma legal responsável por esta reformulação do ensino comercial (Decreto-Lei 20.158) também regulamentou a profissão de contador, conferindo suas prerrogativas aos portadores de diplomas outorgados pelos institutos de ensino comercial reconhecidos oficialmente, mas permitindo que profissionais com apenas experiência prática se submetessem a exames de habilitação (Mendonça Neto et al., 2012).

Por fim, em 1946 foram criados, pelo Decreto-Lei 9.295, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade, consolidando o projeto profissional da categoria ao lhe

conferir garantia de unidade, reconhecimento de sua jurisdição, da necessidade de obtenção de registro junto à categoria para o exercício da profissão, e ampliando seu monopólio (Mendonça Neto et al., 2012). À época a profissão se dividia em três distintas habilitações: contador, para os portadores de diploma universitário; técnico em contabilidade, para portadores de diploma em cursos de nível médio; e guarda-livros, extinta em 1958, e até então destinada para os que possuíam apenas experiência prática (Rodrigues, Schmidt, & Santos, 2012).

Neste mesmo ano de 1946, diversas universidades brasileiras criaram cursos de contabilidade (Rodrigues et al., 2011). O primeiro deles foi o curso superior em ciências contábeis e atuariais instalado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da Universidade de São Paulo (USP), posteriormente denominada Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) (Peleias et al., 2007). A criação deste curso se deu sob influência do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo e dos professores Frederico Hermann Junior, Milton Improta, Atilio Amatuzi e Dirceu Rodrigues, membros da elite do grupo ocupacional (Mendonça Neto et al., 2012).

Assim, o ingresso da contabilidade no ambiente acadêmico brasileiro se deu por conta dos esforços levados a cabo por líderes da profissão, que foram também os responsáveis por implementar tais cursos dentro das universidades. Desta maneira, já em sua origem os cursos de contabilidade estavam subordinados a interesses do campo profissional, não só como parte da estratégia de diferenciação e conquista de *status* perante a sociedade como um todo, mas também para a acumulação de capital cultural a ser mobilizado nos conflitos existentes no âmbito interno da profissão, posto que

Nesse grupo, uma elite que recebeu uma educação formal e que ocupava uma posição privilegiada na hierarquia social convivia com um conjunto numeroso de práticos, sem uma educação formal, mas com habilidades suficientes para realizar os serviços de escrituração simples que eram demandados no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A existência, na época, de associações destinadas exclusivamente a diplomados em Escolas de Comércio é um forte indicador desta divergência. (Mendonça Neto et al., 2012, p. 403).

Já os cursos de graduação em administração, por sua vez, surgiram de modo marcadamente distinto. Nicolini (2003) aponta a origem do ensino de administração no Brasil também nas escolas de comércio, em 1902, e destaca a criação do curso superior de administração e finanças, em 1931, mas que diplomava seus bacharéis em ciências econômicas. Habilitações específicas em administração surgiram apenas com a criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), em 1952 e 1954, respectivamente, ambas vinculadas à Fundação Getúlio Vargas (FGV). A criação destes cursos foi precedida por visitas de representantes da instituição a diversos cursos de Administração Pública em universidades norte-americanas.

A partir de convênio firmado em 1959 entre os governos brasileiro e norte-americano, envolvendo a EBAP, a EAESP, o Departamento de Administração do Setor Público (DASP), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com envio de bolsistas destas instituições a universidades norte-americanas e o recebimento de uma missão de professores de lá, especializados em administração pública e de empresas e responsáveis pela implementação dos programas de ensino de administração no Brasil, o desenvolvimento destes cursos se caracterizou como uma transferência de tecnologia desenvolvida nos Estados Unidos (Nicolini, 2003).

Mas foi apenas em 1965, a partir da Lei 4.769, que se regulamentou a profissão de administrador: 13 anos, portanto, após a criação do primeiro curso de nível superior na área, e 19 anos após a regulamentação da profissão de contador. Assim, enquanto a contabilidade veio “de fora para dentro” das universidades, a administração fez o caminho oposto, com a segmentação acadêmica da disciplina precedendo a diferenciação da categoria ocupacional e seu estabelecimento como profissão.

Tal diferença de origem indica que também a relação entre o campo acadêmico e o campo profissional seja distinta entre as duas áreas. Dada a origem acadêmica do projeto profissional dos administradores, é de se supor que a busca por *status* social e construção de respeitabilidade da profissão tenha se dado essencialmente através da academia. Com isso, foi preciso que a disciplina obtivesse prestígio no âmbito acadêmico, e para tanto se fez necessário o estabelecimento de um campo científico com suficiente autonomia, propiciando a diversidade axiológica e epistemológica que o caracteriza.

A expansão da pós-graduação *stricto sensu* em administração corrobora esta linha de raciocínio. O Brasil organizou pela primeira vez esta modalidade de pós-graduação no início da década de 1970, e a área de administração acompanhou sua expansão desde os primeiros passos: em fins dos anos sessenta e início da década seguinte, programas surgiram no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba (Bertero, Caldas, & Wood Jr., 1999). Em 1978, já havia 14 cursos de mestrado e 4 de doutorado na área (Castro, 1981).

Já a contabilidade seguiu caminho diverso: neste mesmo ano de 1978 foi inaugurado o primeiro curso de doutorado, na FEA/USP, que permaneceu sendo o único deste nível no país até 2006, quando havia apenas 15 cursos de mestrado em funcionamento, dos quais 12 foram criados a partir de 1998 (Peleias et al., 2007). Ao contrário da administração, na contabilidade a profissão já havia garantido legalmente seu monopólio quando ingressou no meio acadêmico. Assim, a principal função legada à academia aparentemente foi a de controle da qualificação para acesso à profissão, e o acúmulo de capital cultural através do meio acadêmico não foi uma estratégia perseguida com intensidade.

Antes do ingresso no meio acadêmico, a contabilidade já era palco de conflitos de interesse entre profissionais com qualificação formal em escolas de comércio e aqueles com apenas experiência prática (Mendonça Neto et al., 2012). Após a regulamentação da profissão, em 1946, este conflito permaneceu, agora contrapondo os interesses de profissionais com formação no ensino superior e os com formação de nível técnico. É possível que a valorização da experiência prática em detrimento de qualificações acadêmicas, que ainda hoje se faz sentir junto a grande parte da comunidade contábil brasileira, origine-se das disputas simbólicas no seio da profissão, e também tenha contribuído para a lentidão do avanço da pós-graduação em contabilidade no país.

Outra disputa histórica no campo da contabilidade brasileira se deu entre os adeptos da escola italiana, que por mais de 30 anos havia dominado o treinamento profissional e influenciado a legislação pertinente, e os da escola norte-americana, adotada e difundida pela FEA/USP desde o final dos anos 1950, período de forte crescimento econômico impulsionado pela parceria comercial com os Estados Unidos e a chegada da indústria automobilística ao país (Rodrigues et al., 2012). Deste conflito, não há que se olvidar que as posições de liderança na academia contábil brasileira sempre foram ocupadas por indivíduos de alto prestígio também no meio profissional: o que se apresentava como uma disputa de caráter teórico pode ser interpretada como expressão dos diferentes interesses de segmentos distintos no campo profissional, uns identificados com o mercado de pequenas e médias empresas



locais, outros com as empresas de capital aberto e as multinacionais que chegavam ao país à época, trazendo consigo as grandes firmas internacionais de auditoria.

Nesta disputa, a aposta na pós-graduação como forma de acúmulo de capital cultural foi uma das estratégias adotadas pelo segmento “norte-americano”, liderado pela FEA/USP. Mas também este segmento mantinha vínculos estreitos com o campo profissional, com lideranças ocupando cargos em órgãos reguladores como o Banco Central do Brasil (BCB) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), participando ativamente da elaboração de normas contábeis, prestando consultorias e integrando conselhos de companhias privadas. E o que se espera de um regulador, de um normatizador, de um consultor e de um conselheiro é que apresente soluções, ao contrário do *habitus* científico, cuja característica distintiva é a capacidade de apontar problemas.

Theóphilo e Iudícibus (2005), em análise da produção científica brasileira em contabilidade de 1994 a 1998 e de 1999 a 2003, sustentam que “na primeira fase, são predominantes trabalhos teóricos, que adotam postura normativa e desenvolvem investigações em profundidade, voltadas a propor novas idéias e visões” (p. 170). Tais características coadunam-se com o argumento de que a falta de autonomia em relação às práticas profissionais fez da academia contábil brasileira não um campo científico, mas sim um campo produtor de discursos eruditos, que sempre visou reafirmar tais práticas, jamais questioná-las. Mesmo nas disputas entre as diferentes escolas, a contabilidade em si jamais foi objeto de crítica; se se questionavam as práticas adotadas no país, ou as sugeridas por escola concorrente, era apenas para, em seguida, sugerir práticas distintas, mas sempre articuladas em prol de interesses profissionais.

Já para o período de 1999 a 2003, Theóphilo e Iudícibus (2005) afirmam que “o tipo de trabalho mais freqüente .... é teórico-empírico, apresenta postura teórica positiva e realiza investigações em superfície, baseadas em teorias existentes e aceitas pela comunidade científica” (p. 170). Este período coincide com o início de uma expansão acelerada da pós-graduação *stricto sensu* em contabilidade no Brasil, que hoje em dia praticamente se equipara à administração em termos proporcionais, conforme indicam os dados da Tabela 1, bem como a uma “mudança de paradigma” na pesquisa contábil, com declínio de abordagens normativas e predomínio de abordagens positivas, identificada também por Cardoso et al. (2007) e Borges, Rodrigues, Silva e Santana (2011), dentre outros.

Em conjunto, a expansão da pós-graduação e a “virada positivista” na pesquisa contábil brasileira sugerem um processo de maior autonomização do campo científico em relação à prática profissional. Quanto à expansão da pós-graduação, porém, uma hipótese a ser considerada é de que ela ainda seja reflexo de mudanças no campo profissional. Além dos conflitos de interesses entre profissionais com formação superior e os de nível técnico, que culminou com a extinção legal do registro de técnicos em contabilidade a partir de 01/06/2015, também é possível vislumbrar a possibilidade de que o conflito com outras profissões tenha se acirrado, e a busca pela acumulação de capital cultural no meio acadêmico seja uma estratégia para manter ou expandir o monopólio de que goza a categoria.

### **Tabela 1**

Indicadores das Áreas de Administração e Contabilidade

Indicador	Administração	Contabilidade	Razão entre administração e contabilidade
-----------	---------------	---------------	---

Matrículas na graduação <sup>a</sup>	921.395	257.516	3,58
Cursos de graduação <sup>a</sup>	4.111	1.168	3,52
Cursos de mestrado	72	22	3,27
Cursos de doutorado	46	12	3,83

**Nota.** Fontes: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (n.d.). *Plataforma Sucupira*. Recuperado em 10 de janeiro de 2016, de <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/> & Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2015). *Sinopses Estatísticas da Educação Superior: Graduação*. Recuperado em 10 de janeiro de 2016, de <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>

<sup>a</sup> Dados relativos a 2013.

Já a virada positivista, por sua vez, embora indique uma ruptura, parece ter decorrido não de estratégias de subversão por parte de postulantes ao acesso, mas sim de estratégias de conservação levadas a cabo pelos dominantes do campo. Mudanças no sistema de avaliação da pós-graduação brasileira, implementadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), implicaram no descredenciamento de dois programas de pós-graduação em contabilidade em 2004 (Peleias et al., 2007); neste cenário de pressão externa, a ascensão do positivismo cumpriu o papel de “cientificizar” os discursos do campo, permitindo o acesso de seus produtos a canais de divulgação já estabelecidos em outras disciplinas e a emulação destes canais nos periódicos da própria área, contribuindo para preservá-la.

Porém, a leitura de Dias Filho e Machado (2004) e sua lista de referências testemunha que à época desta virada já se tinha contato com textos das diferentes vertentes que encontram espaço na literatura contábil internacional. Se tal virada representasse de fato um processo de autonomização do campo científico, seria esperado que também a literatura nacional fosse marcada pela diversidade de abordagens a partir de então. O que se viu, contudo, foi um predomínio quase absoluto do positivismo, que com sua reificação do *status quo* sob a alegação de objetividade permitiu que a academia contábil brasileira continuasse, agora sob a forma de coeficientes e níveis de significância, a reafirmar interesses do campo profissional: infundáveis estudos de *value relevance* com o objetivo de “provar” a importância da contabilidade; problemas de pesquisa que tomam apenas “o investidor” e “o gestor”, ou quando muito “o credor”, como parâmetro de interesses; e insistência em temas ligados ao mercado de capitais, com o qual o segmento acadêmico sempre manteve vínculos estreitos, a despeito de sua baixa relevância como fonte de financiamento e alternativa de investimento na economia brasileira.

A recente emergência de um conjunto de postulantes que aparenta adotar estratégias de ruptura decorre, a meu juízo, da busca por maior prestígio no campo acadêmico por parte de indivíduos vinculados à burocracia universitária, em contraposição àqueles com maior vínculo ao mercado. Porém, parece haver um acordo tácito entre as frações em disputa, pelo qual os heréticos limitam-se a temas correlatos como história, educação ou relações de gênero e raça, buscando mobilizar na área um capital cultural obtido em outras disciplinas, enquanto os ortodoxos mantêm controle estreito sobre temas mais caros à profissão, como regulação e práticas contábeis, de modo que a contabilidade em si não seja objeto de questionamentos.

Pelo que percebo, as perspectivas de que tais movimentações contribuam para uma maior autonomização do campo científico em relação ao campo profissional não são promissoras. O segmento ortodoxo detém maior capacidade de cooptação da clientela

discente, pois controla uma maior oferta de ganhos externos ao campo científico, e ensaia inclusive um retorno ao normativismo. Esta clientela também se divide em alguns segmentos: profissionais experientes que buscam capital cultural para retornar ao mercado em melhor posição; professores vinculados a universidades públicas que visam a progressão de carreira; e egressos recentes da graduação que ainda procuram inserção profissional, não necessariamente acadêmica. Mas em comum, quase todos compartilham a visão da pesquisa como um meio para atingir outras finalidades, implicando na falta de ambição intelectual que motive os investimentos em preparo científico necessários para promover mudanças substanciais no campo.

## 5 Conclusões

Ao longo deste ensaio, procurei analisar o surgimento e evolução do campo científico na contabilidade brasileira sob um prisma sociológico. Como é característico de análises que abrangem tão longo período histórico em tão curta narrativa, não foi possível dar conta de toda a diversidade que caracterizou este processo, tendo sido necessário recorrer a generalizações que possivelmente não façam justiça a todos os atores envolvidos. O desenvolvimento da área de contabilidade gerencial, por exemplo, é um dos aspectos que considero não ter sido retratado a contento.

De qualquer maneira, estudos aprofundados sobre períodos menos extensos seriam muito bem-vindos, podendo reformular os entendimentos aqui expostos. Os conflitos que marcaram a história da profissão e da academia contábil brasileiras, bem como a tardia expansão da pós-graduação na área são processos que ainda carecem de maiores investigações.

Contudo, o principal objetivo deste ensaio é apresentar uma alternativa às análises da produção científica brasileira em contabilidade que se limitam a indicadores bibliométricos e aspectos epistemológicos, permitindo uma melhor compreensão sobre a falta de diversidade identificada em tais estudos. Neste sentido, o referencial adotado, a revisão da literatura sobre a história da contabilidade brasileira e as reflexões oriundas de minhas vivências no campo apontam para a falta de autonomia em relação aos interesses da profissão como o maior empecilho para a ampliação da variedade temática, metodológica e epistemológica da pesquisa contábil feita no Brasil. Em face aos constantes apelos por uma maior aproximação entre a academia e a prática, tal entendimento serve de alerta às consequências que uma postura subserviente a interesses profissionais pode acarretar à pesquisa contábil.

## Referências

- Agrizzi, D., & Sian, S. (2015). Artificial corporatism: A portal to power for accountants in Brazil. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 56–72. doi: 10.1016/j.cpa.2014.02.003
- Alcadipani, R. (2005). Réplique: a singularização do plural. *Revista de Administração Contemporânea*. doi: 10.1590/S1415-65552005000100011
- Barbosa, M. A. C., Santos, J. M. L., Matos, F. R. N., & Almeida, A. M. B. (2013). Nem só de debates epistemológicos vive o pesquisador em administração: alguns apontamentos sobre disputas entre paradigmas e campo científico. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(4), 636–651.

- Bertero, C. O., Caldas, M. P., & Wood Jr., T. (1999). Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, 3(1), 147–178. doi: 10.1590/S1415-65551999000100009
- Borges, E. F., Rodrigues, J. M., Silva, C. A. T., & Santana, C. M. (2011). Paradigmas na Pesquisa Contábil no Brasil: Um estudo epistemológico sobre a evolução nos trabalhos de programas de pós-graduação em ciências contábeis. *ConTexto*, 11(19), 21–30. doi: 10.1073/pnas.0703993104
- Bourdieu, P. (1976). Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2, 88–104. doi: 10.3406/arss.1976.3454
- Bourdieu, P. (1980). *Le Sens Pratique*. Paris: Les Editions de Minuit.
- Bourdieu, P. (2002). The Forms of Capital. In N. W. Biggart (Ed.), *Readings in Economic Sociology* (pp. 280–291). Malden: Blackwell.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. J. D. (1992). *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press.
- Cardoso, R. L., Mendonça Neto, O. R., Riccio, E. L., & Sakata, M. C. G. (2003). Pesquisa Científica em Contabilidade entre 1990 e 2003. *Revista de Administração de Empresas*, 45(2), 34–45.
- Cardoso, R. L., Oyadomari, J. C. T., & Mendonça Neto, O. R. (2007). Influências da Positive Accounting nos Programas de Mestrado em Contabilidade: uma análise bibliométrica da produção acadêmica de 2002 a 2005. *Brazilian Business Review*, 4(2), 158–170.
- Castro, C. de M. (1981). O ensino da administração e seus dilemas: notas para debate. *Revista de Administração de Empresas*, 21(3), 58–61. doi: 10.1590/S0034-75901981000300006
- Dias Filho, J. M., & Machado, L. H. B. (2004). Abordagens da Pesquisa em Contabilidade. In S. Iudícibus & A. B. Lopes (Coords.), *Teoria Avançada da Contabilidade* (pp. 15–69). São Paulo: Atlas.
- Faria, A. (2005). Réplica: ampliando questionamentos sobre crítica em administração. *Revista de Administração Contemporânea*. doi: 10.1590/S1415-65552005000100012
- Hopwood, A. (2007). Whither accounting research? *The Accounting Review*, 82(5), 1365–1374. <http://doi.org/10.2308/accr.2007.82.5.1365>
- Humphrey, C., & Gendron, Y. (2015). What is going on? The sustainability of accounting academia. *Critical Perspectives on Accounting*, 26, 47–66. <http://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.09.008>
- Jeanjean, T., & Ramirez, C. (2009). Back to the origins of positive theories: A contribution to an analysis of paradigm changes in accounting research. *Accounting in Europe*, 6(1), 107–126. <http://doi.org/10.1080/17449480902896510>
- Leite Filho, G. A. (2008). Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. *Revista de Administração Contemporânea*, 12(2), 533–554. doi: 10.1590/S1415-65552008000200011

- Lima, L. A. De. (2011). A representação das múltiplas dimensões paradigmáticas no estudo da administração: um ensaio sobre os limites contidos nas defesas paradigmáticas excludentes. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 198–208. doi: 10.1590/S1415-65552011000200003
- Mendonça Neto, O. R., Cardoso, R., & Oyadomari, J. C. (2012). A profissionalização do contador no Brasil. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 9(4), 393–406. doi: 10.4013/base.2012.94.06
- Mendonça Neto, O. R., Riccio, E. L., & Sakata, M. C. G. (2009). Dez anos de pesquisa contábil no Brasil: análise dos trabalhos apresentados nos ENANPADs de 1996 a 2005. *Revista de Administração de Empresas*, 49(1), 62–73. doi: 10.1590/S0034-75902009000100008
- Merchant, K. a. (2010). Paradigms in accounting research: A view from North America. *Management Accounting Research*, 21(2), 116–120. <http://doi.org/10.1016/j.mar.2010.02.004>
- Misoczky, M. C. (2006). Sobre o centro, a crítica e a busca da liberdade na práxis acadêmica. *Cadernos EBAPE.BR*. doi: 10.1590/S1679-39512006000300002
- Misoczky, M. C., & Amantino-de-Andrade, J. (2005a). Tréplica: quem tem medo do fazer acadêmico enquanto práxis? *Revista de Administração Contemporânea*, 9, 237–243. doi: 10.1590/S1415-65552005000100013
- Misoczky, M. C., & Amantino-de-Andrade, J. (2005b). Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*. doi: 10.1590/S1415-65552005000100010
- Nicolini, A. (2003). Qual será o futuro das fábricas de administradores? *RAE. Revista de Administração de Empresas*, 44(2), 44–54.
- Peleias, I. R., & Bacci, J. (2004). Pequena Cronologia do Desenvolvimento Contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. *Revista Administração On Line - FECAP*, 5(3), 39–54.
- Peleias, I. R., Silva, G. P. da, Segreti, J. B., & Chiorotto, A. R. (2007). Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18(spe), 19–32. doi: 10.1590/S1519-70772007000300003
- Rodrigues, L. L., Schmidt, P., & Santos, J. L. Dos. (2012). The origins of modern accounting in Brazil: Influences leading to the adoption of IFRS. *Research in Accounting Regulation*, 24(1), 15–24. doi: 10.1016/j.racreg.2011.12.003
- Rodrigues, L. L., Schmidt, P., Santos, J. L. dos, & Fonseca, P. C. D. (2011). A research note on accounting in Brazil in the context of political, economic and social transformations, 1860-1964. *Accounting History*, 16(1), 111–123. doi: 10.1177/1032373210373799
- Rosa, A. R., & Alcadipani, R. (2013). A Terceira Margem do Rio dos Estudos Críticos sobre Administração e Organizações no Brasil: (re)pensando a crítica a partir do

pós-colonialismo. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 14(6), 185–215. doi: 10.1590/S1678-69712013000600009

Theóphilo, C. R., & Iudicibus, S. de. (2005). Uma Análise Crítico-Epistemológica da Produção Científica em Contabilidade no Brasil. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 8(2), 147–175.

Wacquant, L. (2013). Symbolic Power and Group-Making: On Bourdieu's Reframing of Class. *Journal of Classical Sociology*, 13(2), 1–18. doi: 10.1177/1468795X12468737